

# Cumprindo um dever

João Alberto Novis Gomes Monteiro\*

Devo a Luis-Philippe Pereira Leite o incentivo para que me candidatasse a uma vaga na Academia Mato-grossense de Letras – a qual hoje presido. Também ao mesmo saudoso confrade credito agradecimento pela indicação, do meu nome, para sócio efetivo do venerando Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual, atualmente, sou um dos membros do Conselho Fiscal. Hoje, movido pelo respeito à memória de Luis-Philippe – um historiador sério e zeloso – e não me parecendo, como membro de um Instituto dedicado à História, ser digno me fazer omissos diante de irresponsabilidade passada ao público como fonte de informação histórica, vejo-me no dever de fazer algumas observações para serem divulgadas pelo mesmo órgão que, talvez por um lamentável cochilo editorial, publicou tal matéria.

---

\* O autor é Membro da Academia Mato-grossense de Letras, que atualmente preside, e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – hoje integrando seu Conselho Fiscal.

Nosso Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) sempre esteve muito atento a informações distorcidas e, em muitas ocasiões, formalizou protestos e contestações, sem jamais querer ofender seus autores ou, ao menos, criar polêmicas. Demonstrando esta conduta, recapitulo alguns fatos – os dois primeiros na gestão de Luis-Philippe Pereira Leite como seu presidente e o último, na presidência de Elisabeth Madureira Siqueira.

Certa ocasião, chegou ao nosso conhecimento a divulgação, feita pelas revistas “Veja” e “Isto é”, de um livro que tem por título “Nitroglicerina pura”. Tal obra trouxe, a público, informações colhidas no Ministério do Exterior da Inglaterra – que lá foram ter enviadas por um embaixador do Império Britânico no Rio de Janeiro –, apresentando o Marechal Rondon como grileiro de terras, interesseiro e aproveitador de índias e o Marechal Dutra como um bronco “cão de guarda” de Getúlio Vargas. Prontamente, o presidente Luis-Philippe determinou que fossem lavrados protestos, os quais foram encaminhados às redações daquelas revistas.

Posteriormente, uma insistente divulgação feita por um canal de televisão local, enaltecendo a figura de Generoso Ponce, apregoava uma inverdade: teria ele *reintegrado* Mato Grosso ao Brasil, separado que estava por se ter constituído na República Transatlântica. Imediatamente, o IHGMT protestou contra tal desinformação, uma vez que, desde quando Capitania, este Estado, como um todo, jamais esteve separado do país. Tal protesto, a princípio sigiloso, não teve qualquer intenção de desmerecer a grande personalidade de nossa História que foi Generoso Paes Leme de Souza Ponce, apenas não admitia o apregoado fato da *reintegração*, por ele feita, de Mato Grosso ao Brasil – fato jamais ocorrido. Este protesto, inexplicavelmente, causou furor aos responsáveis pela inexata matéria divulgada, o que nos obrigou à publicação do estudo “A bem da verdade”, pela imprensa local e pela *Revista* do IHGMT – Tomos CXXXVII e CXXXVIII, Ano LXIV, 1992.

Mais recentemente, tomamos conhecimento da publicação, pela imprensa sul-mato-grossense, de alguns trechos do livro de um enganoso historiador de Campo Grande que, entre outros absurdos, dizia: “Mato Grosso do Sul, por suas origens, é muito mais ligado aos guaranis e aos espanhóis que à gente cuiabana ou aos norte-mato-grossenses”. Contra tal tentativa de perversão histórica, na *Revista* do IHGMT, comemorativa dos 250 anos de criação da Capitania de Mato Grosso – Tomo CCXLVI, Ano LXX, 1998 –, publiquei o artigo “A conquista do Oeste Brasileiro”.

Tais citados documentos, como este que hoje redijo, devem estar sempre à disposição dos estudiosos, pois temo que, no futuro, a eles possam chegar apenas as inverdades por nós combatidas.

Apenas agora, porém, tomo ciência de matérias publicadas anteriormente, em 1997 – lamentavelmente na mesma *Revista* do IHGMT, Tomo CXLV, Ano LXIX –, que, por não terem bases sólidas e serem arrematadas por maldosas interrogações, merecem igual protesto de minha parte, embora não movido pela intenção de qualquer ofensa pessoal a seus autores. História não se faz com dúvidas e insinuações – como as encontradas nas “fofocas” de crônicas sociais sobre a vida de artistas e personalidades em evidência – ou com fantasmas e aparições, obviamente só cabíveis na literatura de ficção.

Vamos às matérias a serem analisadas.

A primeira delas, o artigo sob o título “A verdade sobre Totó Paes”, começa falando em *assassinato* – termo que me soa impróprio. Havia uma guerra para valer – e guerra é guerra. A luta ainda não estava finda, Totó Paes aguardava reforços enviados pelo Governo Federal. Se estes reforços ainda o encontrassem com vida, o desfecho do caso teria sido diferente e os mortos seriam outros. Afinal, a violência e as paixões sempre têm epílogos imprevisíveis. Os chefes dos movimentos armados quase nunca são os executores ou mandantes da execução do oponente vencido. Assim, também, não considero que Solano Lopes tenha sido assassinado.

A seguir, o ilustre autor faz referência a um pesquisador – da Universidade de Illinois e da Fundação Fullbriht, USA –, que parece ter sido a fonte geradora das suas deduções. Diz o articulista que aquele tal estudioso americano “tem *argumentos próprios* sobre os *prováveis* motivos que levaram à morte do governador da época.” (os grifos são nossos) O interessante é que, se argumentos de historiadores locais, que viveram a época, foram contestados pelo autor, que validade poderiam ter argumentos próprios de um alienígena extemporâneo para servir de base a qualquer verdade da nossa História?

Mais adiante, outra curiosa observação do autor: “Em dado momento Totó Paes foi acusado na Justiça pelo chamado massacre da baía do Garcez... É um fato muito discutido, porém até agora *parece* (grifo nosso) que não provado.” Ora, se há um fato indiscutível na História mato-grossense é o massacre dos 17 prisioneiros naquela baía, principalmente porque nele foram vitimados elementos de certo destaque na sociedade

cuiabana de então. Mas, deixemos que fale o historiador Antonio Fernandes de Souza, que foi membro do IHGMT e da Academia Mato-grossense de Letras, pessoa muito ligada a Totó Paes, de quem foi funcionário na Usina Itaicy, auxiliar no governo e combatente em suas tropas, em seu livro "Antonio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso" – publicado em 1958, em Edição própria, financiada pelo empresário Pedro Affi –, para fazer alguns esclarecimentos sobre seu biografado, no seu dizer, "como testemunha que fui de muitos dos acontecimentos que agitaram a vida social e política de Mato Grosso, fazendo-o como o faço, em homenagem à memória daquele que, no cenário da atividade industrial e como homem público, muitos serviços prestou à coletividade, não tendo sido devidamente compreendido pelos seus conterrâneos, os quais ainda não lhe fizeram a necessária justiça". Ninguém, pois, mais insuspeito para opinar a favor de Totó Paes. Este ilustre acadêmico participou das ocorrências que se seguiram à tomada da Usina Conceição – propriedade de João Paes de Barros, irmão e oponente de Totó Paes – e assim nos conta às páginas 48 a 50: "A força expedicionária partiu de Cuiabá a 1o. de Novembro... Dois dias após a partida da expedição, o Cel. Antonio Paes de Barros, querendo ter notícia do resultado da operação, enviou-me à Usina Conceição. Viajei em uma lancha a vapor, acompanhado de 4 homens armados para minha segurança pessoal e levando dois cunhetos de munição que se destinavam a suprir os expedicionários, em caso de necessidade. A meio caminho, já noite – cerca de 20 horas – surgiu outra lancha que subia o rio, vinda da Usina Conceição... Ao se defrontarem, as duas embarcações diminuíram a marcha e pude ouvir o Major Brandão Júnior dizer em voz alta e dirigida para a embarcação em que eu viajava, o seguinte: 'A Usina está tomada. Nenhuma novidade.' Todavia prossegui a viagem e cerca das 22 horas a lancha atracava no porto da Usina Conceição... resolvi pernoitar, instalando-me no salão de hóspedes onde já se achavam outras pessoas, entre as quais reconheci Manoel Benedito Carneiro, escrivão do Registro Civil em Cuiabá.... No dia seguinte, pela manhã, foram reunidos os prisioneiros no vasto pátio que se estende entre os edifícios e a barranca do rio. Estavam dispostos em duas fileiras e foram nominalmente relacionados, por mim e Manoel Benedito Carneiro acusando um número superior a duzentos. Segundo se dizia *havia outros, recolhidos no edifício das máquinas, sob rigorosa vigilância* (grifo nosso)... Ao cair da noite, porém, quando eu e meu companheiro já nos dispunhamos a dormir, tivemos a atenção despertada pelo tropel de cavalos em frente ao salão de hóspedes. Da porta do mesmo divisamos um

grupo de cavaleiros deslocando-se em duas colunas e conduzindo no centro homens a pé, caminhando a passos lentos e em profundo silêncio. Devido as trevas não me foi possível reconhecer pessoa alguma do referido grupo. Perguntei então, ao Manoel Benedito, que estava ao meu lado: – Para onde vão êsses ? – Para a cidade, respondeu-me êle. – A pé? perguntei novamente. – Sim, a pé, respondeu-me... Posteriormente estourou como uma bomba a verdadeira notícia da situação: aqueles prisioneiros haviam sido massacrados (grifo nosso), pela própria escolta, na Baía do Garcez." Onde, pois, poderia haver dúvida quanto a este massacre ?

Vejamos o que nos diz, ainda, sobre o mesmo episódio, o também acadêmico e grande historiador Rubens de Mendonça – filho de outro notável na preservação da nossa memória histórica, Estevão de Mendonça, que foi amigo e colaborador de Totó Paes –, em seu livro "História de Mato Grosso", editado em 1967, à página 55: "Foram naquele local trucidados 17 mato-grossenses, diziam que por ordem de Dr. João de Aquino Ribeiro, Chefe de Polícia do Estado e genro do Cel. Antonio Paes de Barros, e do Cel. Henrique Paes de Barros irmão do comandante em chefe (Totó Paes) das forças patrióticas." Estes depoimentos se encaixam perfeitamente com o que diz Generoso Ponce Filho – em seu livro "Generoso Ponce – um chefe", editado no Rio de Janeiro em 1952, à página 309: "João Aquino Ribeiro – genro de Totó Paes e Chefe de Polícia de Alves de Barros – escolheu os 17 que iriam a pé."

Sanadas as dúvidas do autor, referentes àquele massacre, passo a analisar outra acusação que por si só, pela inexatidão, derruba a credibilidade de toda a matéria restante, quando ele diz, ainda questionando o triste episódio: "Mas naquele momento levantou-se uma celeuma danada. Quem fez a acusação foi Antonio de Paula Corrêa, que era promotor público. Zephyr construiu uma equação. É preciso segui-la. O acusador pertencia ao ramo de uma das famílias mais poderosas da época, os Corrêa da Costa, ligados a usineiros que eram também chefes de outra facção política. Totó Paes era uma espécie de inimigo no campo político e no econômico." Grande Zephyr ! Pobre Universidade de Illinois !... triste Fundação Fullbriht !... se reconhecerem tal "trabalho".

Querer fazer parentes próximos, Antônio de Paula Corrêa e os Corrêa da Costa, será tão difícil como, na história mato-grossense atual, tentar aparentar Roberto, Frederico e Júlio Campos – todos Campos, porém, de origens totalmente diversas ou muito primitivas. Quem pretende ser historiador deverá saber que o sobrenome, legalmente, sucede à genética – e não o contrário – e que a carga genética é sempre determinada no momen-

to da fecundação, ocorra ela *in vivo* ou *in vitro*, enquanto o nome do indivíduo só lhe é dado após o nascimento.

Antônio de Paula Corrêa, brilhante advogado, nada tinha a ver, proximoamente, com os Corrêa da Costa. Nasceu ele em 1838 e faleceu em 25 de maio de 1931. Era filho do Capitão Francisco de Paula Corrêa e Ana Rosa de Souza – portanto, chegou e partiu, deste mundo, carente de qualquer próximo laço familiar com Corrêa da Costa.

Prossigamos nossa análise do infamante artigo. Agora um trecho que chega a ser revoltante, pela maldosa insinuação, que transcrevo: “Continuemos com o ponto de vista do Zephyr. Quem financiou grande parte da construção da Usina Itaicy foi a firma bancária Almeida & Companhia. Esse ramo familiar era parente do vice-governador *Leite Pedro Osório* (o grifo é nosso – o nome correto seria Pedro Leite Osório). Se Totó Paes fosse afastado do poder, quem assumiria, portanto, seria alguém ligado aos banqueiros e eles não tinham ojeriza em relacionar-se com outros ramos familiares daquele momento e que não gostavam de Paes no governo. O grupo Almeida, com a morte de Totó Paes, ficará com a Usina Itaicy. Interessante, não?” Digo que interessante é a tamanha capacidade de escrever irresponsavelmente.

Voltemos à já citada obra de Antônio Fernandes de Souza, amigo leal e ex-funcionário de Totó Paes, sobre o qual diz, à página 6 do seu citado trabalho: “... regressou à Capital portenha e aceitou a oferta que lhe fez Otto Franke, firmando com o mesmo um contrato que lhe abriu o crédito necessário para o financiamento da construção de uma fábrica de açúcar e álcool, tal como idealizara, devendo o pagamento ser feito com a própria produção.... No dia 1o. de Setembro de 1897 foi inaugurada a maior e mais aperfeiçoada Usina de fabricação de açúcar de Mato Grosso.... De Buenos Aires veio especialmente, com sua família... o comerciante Otto Franke, a fim de assistir aos atos de inauguração da Usina Itaicy para cuja construção concorrera de maneira eficiente e decisiva proporcionando-lhe *o necessário financiamento* (o grifo é nosso). Entre os convidados figurava o chefe de uma das mais importantes firmas comerciais de Mato Grosso, o Cel. João Batista de Almeida Filho, sócio principal da *conceituada* (grifo nosso) firma Almeida & Cia., sediada em Cuiabá. Este comerciante prontificou-se a efetuar o pagamento à firma Otto Franke, da importância despendida com a grandiosa construção do valor correspondente a 450:000\$000 (Quatrocentos e cinquenta contos de réis), ao cambio de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) a libra esterlina e ao juro de 9% ao ano, ficando como *único credor dessa vultosa operação.*” (grifo nosso) Ora,

banqueiro algum sai oferecendo dinheiro, ainda mais dessa monta, sem solicitação ou acerto prévio. O lógico é que foi uma operação triangular. Assim, a firma Almeida & Cia. não financiou grande parte da Usina, como cita o articulista, mas sim toda a sua construção. E, por que o teria feito? Otto Frank não teve "cacife" ou interesse em continuar "bancando o jogo". A Totó Paes seria muito melhor que ficasse devendo "em casa". João Batista de Almeida Filho, por sua vez, com seu grande tino comercial, sua capacidade em antever tendências futuras e seu amor à terra natal, certamente temeu pela possibilidade de insolvência futura da Usina – nosso maior empreendimento industrial da época – que, em tal hipótese, poderia passar a mãos estrangeiras. Além do mais era amigo de Totó Paes, de quem seria o 3o. Vice-presidente em seu mandato governamental. Note-se que, a tal respeito, o fator parentesco não desempenharia papel importante nos acontecimentos da época – Virgílio Alves Corrêa (pai), cunhado, vizinho e amigo do Cel Almeida, seria o 3o. Vice-presidente na chapa, encabeçada por Manoel Esperidião da Costa Marques, derrotada por Totó Paes.

A Almeida & Cia, fundada por João Batista em 1870, era a maior potência econômica do Estado: importadores, exportadores – os maiores no ramo da borracha, com ligações em Londres e Hamburgo, possuindo, para tal fim, até um porto próprio às margens do rio Cuiabá, o Porto Almeida –, banqueiros – Agentes da Cia. Aliança da Bahia de Seguros Marítimos e Terrestres, representantes do Banco do Brasil e do London and River Plate Bank Ltd., além de efetuarem operações próprias –, comerciantes com diversas filiais, seringalistas com 19 seringais próprios e criadores de gado em outras propriedades.

Não apenas a Usina de Totó Paes foi assumida pela Almeida & Cia, todas as atividades de interesse público, em Cuiabá, na época, quando não eram de iniciativa desta firma, foram compradas ou assumidas por ela, para que não encerrassem suas atividades. Assim foi com a Cervejaria Cuiabana, a linha de bondes e a telefônica. Contudo, eram banqueiros com capital próprio, o que não lhes permitia deixar grandes empréstimos como fundos perdidos.

Estou longe de querer fazer de Totó Paes uma figura sem méritos, violenta e desumana. Foi ele, sobretudo, um homem de larga visão – um idealista – que desviou sua atenção dos negócios particulares para o trabalho por Mato Grosso. Em seu governo, buscou a implantação da moralidade administrativa, determinou importantes providências de ordem econômico-financeira, promoveu estudos e expedições visando a

ligação de Mato Grosso com o Norte do país, apoiou missões científicas estrangeiras que aqui chegaram, levou o Estado a participar da Exposição Internacional em St. Louis – USA –, auxiliou a Missão Salesiana na catequese dos índios, deu incentivo à Cultura e à vida social cuiabana.

Mas será bom que sigamos a trajetória deste governante tão capaz, rumo ao seu fracasso pessoal, pelo relato do mesmo Antônio Fernandes de Souza, ainda na obra já citada. À página 11: “Empenhado na direção de seu estabelecimento industrial, tinha o Cel. Antonio Paes de Barros sua residência habitual na própria Usina onde vivia com toda família...” Nada mais natural a um homem responsável que pretendia trabalhar para pagar sua enorme dívida. Mas a política começou a seduzi-lo, desviando-o de seus propósitos iniciais. Assim, à página 39 do seu livro, Fernandes de Souza nos conta: “Sabedores destes pormenores que traduziam a franca repulsa do Cel. Antonio Paes de Barros à candidatura do Dr. João Felix, os emissários da dissidência... foram procurá-lo na Usina Itaiçy para confiar-lhe a árdua e ingrata tarefa de chefiar uma revolução armada que teria por finalidade impedir que a Assembléia Legislativa reconhecesse os candidatos dados como vitoriosos nas últimas eleições reputadas fraudulentas... Saindo resolutamente à campo, reuniu elementos nas localidades da sua zona de influência, organizou uma respeitável força armada e marchou sobre a Capital do Estado, cujas cercanias ocupou no dia 9 de abril de 1899... Conseguindo o objetivo, as forças revolucionárias retiraram-se da Capital e retornaram às localidades de origem.” e, à página 40: “... o Cel. Antonio Paes de Barros, finda sua missão, retornou aos labores habituais no Itaici.” Mas, a “abelha africana” da política partidária apaixonada já o havia picado, fazendo-o afastar-se do próprio irmão. Continuemos com o mesmo historiador-acadêmico, às páginas 44 e 45: “... o Cel Antonio Paes de Barros não aceitara sua eleição para o Diretório do partido, em março de 1900, com que o Dr. Manoel Murinho procurava harmonizar sua grei política. Também tornara-se suspeita a atitude do 1.º vice-presidente, João Paes de Barros que, como presidente do Diretório do Rio Abaixo, manifestara sua desaprovação às deliberações tomadas pelo partido... Por ato No. 824 de outubro de 1901 o presidente (Alves de Barros) resolveu criar uma força patriótica cujo comando em chefe confiou ao Cel. Antonio Paes de Barros... A relutância do Cel. Antonio Paes de Barros em tomar parte ativa na política do seu Estado, quebrada afinal por imposição das circunstâncias, mostra que ele *conhecia os graves riscos a que se iria expôr.* (o grifo é nosso) Esta circunstância não passou despercebida à sua própria esposa que, numa visão quase profética dos aconte-

cimentos que foram sua glória e seu martírio, ter-lhe-ia dito, a saber de sua resolução, segundo tradição familiar: 'Totó, deixa a política, viveremos felizes em qualquer ranchinho.' " Sabia pois, esta grande dama, sua amante e amada esposa, que a política poderia arruiná-lo econômico-financeiramente, uma vez que sua situação frente aos credores já não era cômoda, e se propunha a uma vida humilde se a insolvência viesse a colher sua Usina. Os tempos eram outros e os bem-intencionados, movidos pelo ideal, se entravam ricos na política, quase sempre saíam arruinados e sem, ao menos, uma absurda e privilegiada aposentadoria, como hoje é regra geral. Iniciou-se, então, um período de violência, com tristes episódios, como o já abordado massacre da baía do Garcez,

Pulemos folhas e vamos à página 50 e seguintes, do mesmo livro: "Reposta a ordem... com a debelação dos movimentos subversivos que provocaram, infelizmente, inútil derramamento de sangue, pode, enfim, o Presidente Alves de Barros, a partir do ano de 1902, voltar as vistas para assuntos da Administração Pública." E à página 51: "O Coronel Antonio Paes de Barros, já na chefia do Partido Republicano Constitucional de Mato Grosso... viu-se obrigado a transferir sua residência para Cuiabá... Os múltiplos afazeres que lhe impunham as responsabilidades da vida pública em que ingressara, não lhe permitiram mais continuar à frente da orientação (grifo nosso) de sua propriedade do Itaicí, que ficou que ficou entregue à direção de um gerente – José Torquato da Silva – que se mostrou digno da confiança de seu chefe." Com enorme dívida que só poderia ser paga a longo prazo, assumida havia pouco tempo, mudando-se para a cidade, fazendo gastos com a política partidária e abandonando a direção de sua Usina, ia Totó Paes caminhando celeremente para a falência, apesar de ter tomado posse, como Presidente do Estado, em 15 de agosto de 1903.

O próprio "estudioso" Zephyr Lake Frank, em deletério artigo no mesmo número da *Revista* do IHGMT (1997), intitulado "A Usina do Itaicí: crise econômica e a derrota de Antônio Paes de Barros", nos diz: "Incapaz de pagar as dívidas ou empregar a *sua fortuna particular* (grifo nosso) na luta contra seus inimigos, Totó Paes ficou extremamente vulnerável ao ataque. Ironicamente a Usina Itaicí tornou-se uma fonte de dificuldades em vez de ser a base econômica do poder político do então presidente." Aqui, tal "estudo" é agressivo até ao próprio Totó Paes, pois, se ele não estava empregando recursos que eram seus no sustento de sua política partidária, tais despesas estariam feitas com capital alheio – privado ou público. Mas, sob certo aspecto ele tem razão, a Usina era de Totó Paes,

mas ele a devia, integralmente. Ora, Almeida & Cia. eram banqueiros e, como tal, sem receber os seus juros há algum tempo, cobraram o devedor.

No início de 1904, o Coronel Batistinha – como era chamado João Batista de Almeida Filho –, voltando do trabalho, ao fim da tarde, foi ao banheiro que, como era habitual naquele tempo, ficava separado da casa. Esta grande casa, com varanda lateral – ainda há pouco existia, à rua 15 de novembro abaixo da igreja de São Gonçalo, à direita de quem desce, no meio da quadra –, possuía enorme quintal que se estendia até a, hoje, avenida Mário Corrêa onde havia uma lagoa, bananeiras, capinzal e árvores. Ao sair do banho, com a toalha ao pescoço, o Coronel Batistinha foi vítima de um atentado por parte de elementos entocaiados no bananal. Felizmente, e por pouco, nenhum tiro o atingiu, tendo apenas danificado a porta do banheiro. Seu cunhado, Virgílio Alves Corrêa, aconselhou-o a deixar Cuiabá, urgentemente, com destino ao Rio de Janeiro, dizendo-lhe: “– Hoje não lhe acertaram, mas poderão ter sucesso em novo ataque”. Partiu então, o Cel. Batistinha, ainda muito cedo na manhã seguinte, em vapor que deixou o porto cuiabano, com sua esposa Rosa (foram estes meus bisavós maternos), acompanhados do seu filho e sócio Amarílio – cuja esposa encontrava-se grávida e deu à luz sua filha também chamada Rosa, já no Rio de Janeiro, em 27 de março de 1904. Só retornaram após serenados os ânimos exaltados pela cobrança. Ao que me conste, jamais alguém da família acusou Totó Paes pelo mando daquela tocaia. Este episódio já foi narrado, na imprensa local, pelo historiador e acadêmico Aduino Dias de Alencar, que foi casado com uma neta de Amarílio de Almeida – filha da mesma Rosa, fugitiva ainda no ventre materno.

O certo é que, até 1906, o clima de terror persistiu e as agitações políticas levaram à revolução, cujos principais líderes foram Generoso Ponce e Pedro Celestino, que só teve fim com a morte do inditoso Totó Paes.

Como banqueiros, é lógico que Almeida & Cia. não teriam interesse algum em assumir uma empresa como a Usina Itacy, deficitária pelo baixo preço dos seus produtos e devedora de enorme importância em moeda forte, libra esterlina. Se o fizeram foi por falta de opção para ter seu capital, ao menos parcialmente, de volta. Assumindo a usina, a firma para lá mandou seu sócio Alberto Novis (meu avô materno), genro do Cel. Batistinha, que ali residiu por longos anos, com a família, na qualidade de gerente e médico. A Itacy passou a contar com modelar serviço médico, sob alguns aspectos até melhor que os da Capital uma vez que lá já existia energia elétrica. Aliás, convém notar que as fotografias da Usina, que ilustram o abordado livro de Antônio Fernandes de Souza, datam de

1908 para diante. Em uma delas – postais impressos na Europa – aparece o sócio-gerente Alberto Novis e um seu primo, pelo lado materno, Pedro Costa Leite, ainda rapazinho. Este foi general-de-exército, membro do Conselho de Segurança Nacional, elemento de confiança de Getúlio Vargas e esteve em missão diplomática em Argel. É de sua autoria o livro “África do Norte”, cujo exemplar existia em casa do meu avô que o exibia com muito orgulho. Contudo, receoso de passar informação não documentada e sabendo que a minha tia Irene, inventariante do meu avô Alberto, havia doado os postais e fotografias para a Universidade Federal de Mato Grosso, da qual seu filho Gabriel era o reitor, procurei o NDIHR desta universidade, para pesquisar. Lá fui muito bem atendido pela funcionária Maria Auxiliadora de Freitas. Esta, após mostrar-me originais e cópias das fotografias, sabedora que o meu interesse era a confirmação de datas, informou-me que tais fotos foram produzidas pelos Irmãos Ferrari que se estabeleceram em Cuiabá, com estúdio fotográfico, em 1.908 e encerraram suas atividades em 1918. Fica confirmado, pois, que tais fotos foram feitas já na administração de Alberto Novis que as levou à Europa onde mandou fazer aqueles postais, dos quais existia uma grande mala em casa do meu avô.

Outra observação a ser feita é que Antônio Fernandes de Souza, em livro que relata toda a vida de Totó Paes, sob os mais diversos aspectos, não faz uma única referência ao seu genro – o Dr. João Aquino Ribeiro, alagoano, importante figura em todos os episódios violentos da época e que teve destacado papel na trajetória política do sogro. Considerou, portanto, aquele biógrafo, que a simples menção de tal nome poderia macular a imagem do seu biografado, por ter sido o principal promotor de atentados, massacres e outras formas de violência.

Embora notáveis, estas omissões não tiram o mérito documental do livro de Antônio Fernandes de Souza, um historiador muito ligado a Totó Paes que, à página 84 do seu livro – capítulo denominado “Desfecho trágico”, diz: “O Cel. Antonio Paes de Barros deixara a cidade na noite de 1º de junho, com três companheiros apenas...” Vejam que não foi uma fuga covarde e sim uma retirada estratégica para um lugar que julgava seguro, onde poderia aguardar os reforços, a caminho, que o reporiam na Presidência do Estado. Segue o relato: “O indivíduo encarregado de levar refeições para os *refugiados* (grifo nosso), cujo nome é bem conhecido, mas convém ser esquecido, denunciou a presença do Cel. Antônio Paes de Barros naquele lugar, prestando-se ainda a ser o guia da escolta que... foi mandada imediatamente para aquela região.” Totó Paes foi, pois,

traído por um dos seus, em quem depositava confiança. Aqui o autor, que escrevia muito bem, corrobora minha observação: refugiado não é fugitivo. Vejamos o que nos confirma Antenor Nascentes: "Refugiar-se. v. pron. – Acolher-se em lugar seguro, fugir para asilo, retirar-se, resguardar-se, procurar proteção: o revolucionário refugiou-se numa embaixada. (De refúgio)".

Seria, então, uma situação provisória até poder contar com a grande força que estava a caminho para socorrê-lo. Continua Souza, à página 86: "O general Emílio Dantas Barreto, enviado pelo Presidente da República com atribuições excepcionais e extraordinárias para intervir no Estado de Mato Grosso em defesa do governo constituído, não pode chegar a tempo de evitar a catástrofe. Retardado em Corumbá por dificuldades de transporte para a tropa que comandava, somente pode desembarcar em Cuiabá no dia 17 de julho, encontrando já mudada a situação política." Totó Paes já estava morto há 11 dias. Continua o relato: "O aspecto da Capital do estado, embora desolador pelos efeitos dos últimos acontecimentos, aparentava calma e tranqüilidade. O General Dantas Barreto tudo observou e julgando não ser conveniente intervir na questão política de Mato Grosso, nada fez e regressou ao Rio Grande do Sul com seu *Estado Maior e os dois mil* (grifo nosso) homens de sua Brigada." Tal desfecho teria sido muito diverso se esta poderosa tropa, de soldados treinados e bem armados, tivesse ainda motivo para investir contra combatentes, em sua grande maioria amadores, carentes de armamentos e de pés descalços.

História é história e cada qual tem o direito de contá-la a seu modo e estilo, mas, nunca alguém poderá pervertê-la sem causar grande mal à sociedade abordada. Vejam o malefício que Mr. Frank poderá trazer, ao publicar – inexplicavelmente, em uma revista séria – a infâmia que segue (pag. 24 do seu artigo): "Por ocasião da morte de Totó Paes, a usina tornou-se propriedade desta companhia. (referia-se à Almeida & Cia.) Ora isto pode ter sido coincidência. Mas *quem sabe, talvez* (grifo nosso) tivesse sido o motivo pelo qual o presidente do Estado, Totó Paes, fora morto e não simplesmente afastado do poder." Vejam que, para ser caluniador, não é necessário ter inteligência. Mas, caluniar mortos é, sobretudo, covarde pois, estes, não poderão entrar com qualquer ação na Justiça.

Mas, à página 21, do infeliz número da nossa *Revista*, no artigo já citado – "A verdade sobre Totó Paes" –, seu autor ofende gravemente as duas mais antigas instituições culturais existentes em Mato Grosso – a Academia Mato-grossense de Letras e o próprio Instituto Histórico –, quando diz: "O desaparecimento de Totó Paes foi bom para parte da elite local.

Os Corrêa da Costa e os Ponce dominaram a política daqui por décadas. A maioria dos historiadores da região, inclusive *um da família Corrêa da Costa* (grifo nosso), fizeram o resto ao contar só a história dos vencedores." Baseei-me em um historiador da facção vencida – o ilustre e insuspeito Antônio Fernandes de Souza.

Mas avaliem a gravidade daquela acusação: o único historiador da família Corrêa da Costa, a que se refere o brilhante articulista, foi o genro de Pedro Celestino – *Virgílio Alves Corrêa Filho*, o maior nome da historiografia mato-grossense em todos os tempos, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia de Letras – esta, sucessora do Centro Mato-grossense de Letras.

A mim, se caluniador também fosse, seria muito fácil dizer que, ao assumir a usina construída por Totó Paes, Almeida & Cia lá encontraram escola e banda de música mas, também, havia troncos e algemas. Porém, desconsiderem esta informação, não tenho provas, são histórias ouvidas em criança e criança vê e ouve o mundo sob um manto de fantasia.

O que posso fazer é um resumo diagnóstico, muito sucinto, porém claro, de todo o ocorrido: Totó Paes foi um grande homem – patriota, bom chefe de família e correto – que malogrou nos negócios, por ter sua atenção desviada para a política e, por esta mesma política, se viu envolvido em uma série de episódios violentos que culminaram com sua morte antes que lhe acudissem os reforços bélicos a caminho. Não foi um caso único na história do país – similares há muitos.

Portanto, não há bruxas a procurar dando campo de caça à volúpia do macartismo ianque e nem é cabível qualquer opção entre o trabalho de Virgílio Corrêa e a brincadeira de Zephyr Frank ou de qualquer outro que, enganado, se inspira em suas suspeitas, deduções e infâmias.

Cumpri meu dever, resgatando a edificante memória de João Batista de Almeida Filho, meu bisavô, que muitíssimo fez pelo desenvolvimento de Mato Grosso; porém, se alguém tiver *dados concretos* que venham conflitar com quaisquer pontos de vista meus, em qualquer assunto ou ocasião, estarei pronto a discuti-los e, se errado estiver, até reconsiderá-los.

Cuiabá, fevereiro de 1999

Obs.: O livro de Antônio Fernandes de Souza, aqui abordado, foi re-editado em Publicações Avulsas, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, sob o número 25.